



## **PROVA DE INGRESSO NO MÓDULO III**

### **Edital 001/2017**

### **INSTRUÇÕES GERAIS – LEITURA OBRIGATÓRIA**

1. Você está recebendo o caderno de prova, que contém, em suas páginas, 60 (sessenta) questões objetivas da Prova seletiva objetiva- 1º Etapa e 3(três) questões discursivas da Prova Seletiva Discursiva – 2º Etapa. Confira o caderno, e se ele não estiver completo chame o fiscal.
2. Você está recebendo também um cartão-resposta contendo sessenta questões da Prova seletiva objetiva- 1º Etapa e 3(três) questões discursivas da Prova Seletiva Discursiva – 2º Etapa, os quais **NÃO PODEM SER SUBSTITUÍDOS**. Portanto, somente marque a resposta quando você tiver certeza de que ela é correta.
3. O cartão-resposta não pode ser rasurado, sob pena de desclassificação das respostas rasuradas.
4. Você deve marcar apenas uma letra em cada questão objetiva.
5. Para evitar possíveis enganos no preenchimento do cartão-resposta, anote primeiro as alternativas que você julgou corretas no próprio caderno de prova. Depois, marque-as no cartão-resposta.
6. Não é admitido o uso de material estranho ao caderno de prova, mesmo para rascunho, nem se permitirá qualquer comunicação entre os candidatos.
7. Ao final da prova você deverá devolver ao fiscal o gabarito preenchido e devidamente assinado no local indicado.
8. A duração da prova é de 5 (cinco) horas. A saída do candidato só será permitida após transcorrida 1 (uma) hora do início da mesma. Os três últimos candidatos a terminarem a prova deverão retirar-se da sala simultaneamente.
9. O gabarito com as respostas será publicado no portal da Esmesc, após às 15h do dia 18 de março de 2017.
10. O dia 20 de março de 2017, às 15h, é a data limite para o envio de recursos da prova Período para a interposição dos recursos à Prova seletiva objetiva- 1º Etapa. Os recursos deverão ser enviados para o e-mail: [secretaria@esmesc.org.br](mailto:secretaria@esmesc.org.br).
11. O resultado final da primeira etapa será divulgado até o dia 24 de março de 2017.
12. O período para a interposição de recursos a Prova Seletiva Discursiva – 2º Etapa, vai de 1º a 3 de abril de 2017, às 12h. Os recursos deverão ser enviados para o e-mail: [secretaria@esmesc.org.br](mailto:secretaria@esmesc.org.br).
13. Todos os recursos devem ser encaminhados em formulário próprio disponível na página da Esmesc. Recursos apresentados em outros formulários não serão recebidos.

**BOA PROVA!**

Florianópolis, 18 de março de 2017



## PROVA DE INGRESSO NO MÓDULO III

Edital 001/2017

Prova Seletiva Objetiva – 1ª Etapa

LÍNGUA PORTUGUESA

**1. Assinale o período incorreto quanto ao uso dos porquês:**

- a) Saíste por quê?
- b) Cheguei tarde porque as águas cobriram a rodovia.
- c) Ele estava triste sem saber porquê.
- d) Eis as razões por que não progredimos.

**2. Sobre o uso dos porquês, está correta a frase:**

- a) Ele te chamou por que?
- b) Mario caiu por que foi empurrado.
- c) É desconhecido o porquê dele ter se ausentado.
- d) Finalmente farei o processo seletivo porque tanto aguardava.

**3. Assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas:**

- I. Não revelou o \_\_\_\_\_ de seu descontentamento.
  - II. A empresa faliu \_\_\_\_\_ foi não houve administração correta.
  - III. Você não sabe os caminhos difíceis \_\_\_\_\_ passei naquela viagem.
- a) porquê - por que – porquê.
  - b) porquê - porque – porque.
  - c) por quê - porque - por quê.
  - d) porquê - porque - por que.

**4. De acordo com a hifenização da nova ortografia da língua portuguesa, marque a única frase incorreta:**

- a) Hábitos anti-higiênicos podem provocar diversas doenças graves.
- b) A autoestrada está em fase de conclusão.
- c) A cidade não possui infraestrutura para mobilidade urbana.
- d) Soube extra-oficialmente que o presidente da estatal já se ausentou do Estado.

**5. Assinale, nas séries que se seguem, aquela em que pelo menos uma palavra apresenta erro no uso do hífen, conforme a nova ortografia:**

- a) semiaberto / contrapartida.
- b) co-réu / antiácido.
- c) extraclasse / coautor.
- d) supracitado / semi-interno.

**6. Assinale a alternativa correta em relação ao hífen na nova ortografia:**

- a) superocupado.
- b) superrealização.
- c) supersseco.
- d) superrequintado.



**7. De acordo com a nova ortografia, assinale a alternativa em que fica evidente o erro de acentuação gráfica:**

- a) Ele detém o saber jurídico.
- b) Eles detêm os conhecimentos específicos.
- c) Eles vem ao encontro do juiz.
- d) Ele tem boa dicção e postura.

**8. Sobre colocação pronominal, assinale a única assertiva com erro:**

- a) Isto me abalou profundamente.
- b) Chamou-me a atenção perante todos os presentes na reunião.
- c) Alguém me falou das belezas do Nordeste brasileiro.
- d) Jamais exponhas-te ao perigo.

**9. Marque a alternativa em que o pronome está empregado de modo incorreto:**

- a) Devolvê-los-ei aos seus avós.
- b) Em se tratando de conversas de corredor, penso que devemos ter cautela.
- c) Alguém me persegue sempre que retorno da universidade.
- d) Os processos que enviaram-me estão todos protocolizados.

**10. Sobre as características da redação jurídica, assinale a alternativa correta:**

- a) Nos textos jurídicos utiliza-se a linguagem conotativa, pois ela trata do uso de palavras e expressões exatamente no sentido literal e estável.
- b) Nos textos jurídicos utiliza-se a linguagem denotativa, pois ela trata do uso de palavras e expressões exatamente no sentido literal e estável.
- c) No texto jurídico utiliza-se misturadas linguagens denotativa e conotativa, para fácil entendimento da leitura por parte dos leigos no assunto.
- d) No texto jurídico utiliza-se a linguagem conotativa, pois ela contribui para o entendimento do texto e evita interpretação ambígua.

**DIREITO CIVIL**

**11. Considerado o abuso do direito como o “exercício inadmissível de direitos”, assinale a alternativa correta:**

- a) O dano não é pressuposto para o reconhecimento do comportamento abusivo.
- b) A análise para o reconhecimento do abuso do direito passa pela intenção do titular do direito em prejudicar outrem.
- c) Constituem-se limites ao exercício de direitos a boa-fé subjetiva, os bons costumes e a finalidade econômica e social dos direitos.
- d) O abuso do direito foi equiparado a ato ilícito e, em caso de dano, há que se cogitar da responsabilidade civil subjetiva.

**12. Pedro, dirigindo na BR-101, percebe que um caminhão desgovernado atravessa a pista e vem em sua direção. Instintivamente, gira a direção para a esquerda, ingressando na parte do acostamento vindo a atropelar Maria. Assinale a alternativa correta:**

- a) Pedro será responsabilizado pelos danos, eis que agiu com negligência.
- b) Pedro está sobre o abrigo de uma excludente de ilicitude, qual seja, estado de necessidade e, após indenizar Maria, poderá ingressar com ação de regresso contra o condutor do veículo na contramão.



- c) Maria deverá buscar o ressarcimento diretamente contra o proprietário do caminhão desgovernado, a fim de ser ressarcida dos prejuízos morais e materiais sofridos.
- d) Pedro está sobre o abrigo de uma excludente de ilicitude, qual seja, legítima defesa e, após indenizar Maria, poderá ingressar com ação de regresso contra o condutor do veículo na contramão.

**13. Paula casou com Manoel em 16.05.2012. No entanto, na semana passada, remexendo em documentos fechados em uma caixa, descobriu que Manoel foi condenado pelo crime de estupro um ano antes de conhecê-la, em 2010. Diante do exposto, assinale a alternativa correta:**

- a) Paula poderá ingressar com ação anulatória de casamento e deverá o juiz declarar a putatividade do enlace apenas para o cônjuge virago.
- b) Paula poderá ingressar com ação declaratória de nulidade e deverá o juiz declarar a putatividade do enlace para ambos os cônjuges.
- c) Paula não poderá pleitear a anulação do casamento, haja vista o prazo decadencial para o exercício do direito em tela já ter transcorrido.
- d) Paula não poderá pleitear a nulidade do casamento, haja vista que o motivo apontado não está previsto em lei, sendo apenas possível o divórcio neste caso.

**14. João, 65 anos e Roberta, 40 anos, pretendem casar no final do ano. Estão discutindo, agora, as questões relativas ao regime de bens, a fim de escolher aquele que melhor se adapte às necessidades do casal. Relativamente ao exposto, assinale a alternativa correta:**

- a) Caso João e Roberta desejem casar sob o regime da comunhão parcial de bens, deverão realizar pacto antenupcial através de escritura pública.
- b) Caso João e Roberta desejem casar sob o regime da separação de bens, será necessário realizar pacto antenupcial, cuja vigência se iniciará na data do casamento.
- c) Não é possível a escolha do regime de bens, incidindo no caso o regime da separação obrigatória de bens.
- d) Não é possível a escolha do regime de bens, incidindo no caso o regime da separação obrigatória de bens e que deverá ser realizado através de pacto antenupcial.

**15. Paulo tem 91 anos de idade e seus filhos pretendem interdita-lo por prodigalidade, eis que vem gastando seu dinheiro há algum tempo de forma desordenada, colocando em risco a sua própria subsistência. A respeito da situação apresentada, assinale a alternativa correta:**

- a) A idade avançada é causa de incapacidade civil relativa, pois, necessariamente, impede a manifestação da livre vontade.
- b) O juiz, caso interdite Paulo, deverá declará-lo, obrigatoriamente, absolutamente incapaz.
- c) Se Paulo for declarado relativamente incapaz, em regra, os seus atos jurídicos serão inválidos e nulos.
- d) Se Paulo for declarado relativamente incapaz, poderá conceder autorização para a filha Maria com 17 anos casar, sem a necessidade de intervenção do curador.

**16. O Direito das Obrigações na contemporaneidade é entendido como um processo de cooperação entre credor e devedor, em que ambos devem colaborar para o cumprimento da prestação devida. Diante disso, assinale a alternativa incorreta:**



- a) O devedor que já estiver em mora responde pelos prejuízos decorrentes de caso fortuito e de força maior, salvo se provar que o dano ocorreria mesmo se houvesse cumprido sua obrigação na forma contratada.
- b) Nas obrigações negativas o devedor é havido por inadimplente desde o dia em que executou o ato que devia se abster.
- c) O caso fortuito ou de força maior verifica-se no fato necessário, cujos efeitos não era possível evitar ou impedir.
- d) O distrato e a quitação exigem a mesma forma observada no contrato.

**17. Sobre a aceitação da herança, assinale a alternativa correta:**

- a) Não se configura quando o herdeiro promove a cessão gratuita, pura e simples, da herança aos demais herdeiros.
- b) Deve se ocorrer sempre da forma expressa.
- c) Decorre do fato de haver o herdeiro promovido o funeral do *de cujus*.
- d) Só se configura com a habilitação do herdeiro em inventário.

**18. Quanto ao regime jurídico das águas, é incorreto afirmar:**

- a) O dono ou o possuidor do prédio inferior é obrigado a receber as águas que correm naturalmente do superior, não podendo realizar obras que embarquem o seu fluxo; porém a condição natural e anterior do prédio inferior não pode ser agravada por obras feitas pelo dono ou possuidor do prédio superior.
- b) O proprietário tem direito de construir barragens, açudes, ou outras obras para represamento de água em seu prédio; se as águas represadas invadirem prédio alheio, será o seu proprietário indenizado pelo dano sofrido, deduzido o valor do benefício obtido.
- c) É permitido a quem quer que seja, mediante prévia indenização aos proprietários prejudicados, construir canais, através de prédios alheios, para receber as águas a que tenha direito, indispensáveis às primeiras necessidades da vida, e, desde que não cause prejuízo considerável à agricultura e à indústria, bem como para o escoamento de águas supérfluas ou acumuladas, ou a drenagem de terrenos.
- d) O proprietário de nascente, ou do solo onde caem águas pluviais, satisfeitas as necessidades de seu consumo, pode impedir e desviar o curso natural das águas remanescentes pelos prédios inferiores.

**19. A Lei Y, de 29.06.2016 revogou expressamente a Lei X, de 03.03.2014. Tendo a lei revogadora perdido a vigência, é certo que:**

- a) A lei revogada é automaticamente restaurada, já que a lei revogadora é temporária, e os seus efeitos apenas suspensos.
- b) A lei revogada é automaticamente restaurada, já que não se pode ficar sem lei.
- c) A lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência, porque não é admitido o princípio da comoriência.
- d) A lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência, salvo disposição expressa neste sentido.

**20. Assinale a alternativa correta:**

- a) Segundo entendimento majoritário do STJ, o herdeiro que cede seus direitos hereditários não possui legitimidade para pleitear a declaração de nulidade de doação inoficiosa realizada pelo autor da herança em benefício de terceiros.



- b) Herança vacante consiste em um acervo de bens, administrado por um curador, sob fiscalização da autoridade judiciária, até que se habilitem os herdeiros, incertos ou desconhecidos, ou se declare por sentença que a transmita ao patrimônio do Estado.
- c) O fideicomisso somente se permite em favor dos não concebidos ao tempo da morte do testador e somente pode ser instituído por testamento.
- d) Segundo entendimento majoritário do STJ, os netos só possuem legitimidade para propor o reconhecimento do vínculo de parentesco em face dos avós ou de qualquer ascendente de grau superior, se o pai ou mãe já tenha iniciado a ação de prova da filiação em vida.

### DIREITO PROCESSUAL CIVIL

**21. Sobre a gratuidade da Justiça, assinale a alternativa correta:**

- a) Com a previsão do instituto no novo Código de Processo Civil, a Lei nº. 1.060/50 foi revogada.
- b) Para ser concedido o benefício à personalidade jurídica, essa deverá apresentar apenas declaração de hipossuficiência, sendo que a necessidade provar essa hipossuficiência somente ocorrerá se assim determinar o magistrado.
- c) A concessão do benefício somente abrange as despesas judiciais concernentes ao processo, e não as extrajudiciais, como cartórios, por exemplo.
- d) A concessão do benefício não afasta a responsabilidade do beneficiário pelas despesas processuais e pelos honorários advocatícios decorrentes de sua sucumbência.

**22. Sobre as intervenções de terceiro, assinale a alternativa correta:**

- a) O *amicus curiae* poderá, por decisão fundamentada do magistrado que admite a sua participação no processo, interpor qualquer tipo de recurso.
- b) O incidente da desconsideração da personalidade jurídica não pode ser instaurado de ofício pelo magistrado.
- c) O chamamento ao processo tem lugar quando o réu que alega a sua ilegitimidade passiva indicar ao autor o verdadeiro legitimado.
- d) A assistência somente existe na modalidade simples.

**23. Fulano propõe ação de dissolução de união estável em face de Beltrano. Não existe qualquer tipo de contrato que verse sobre o tema entre ambos, mas a união estável sempre foi reconhecida em diversos documentos particulares, os quais instruem a demanda. Os veículos do casal e o apartamento estão todos registrados em nome de Beltrano, o qual está qualificado como solteiro. Fulano pede ao magistrado que, em caráter antecipatório, bloqueie esses bens para evitar que sejam vendidos até o momento da partilha. O juiz concede a tutela pleiteada.**

**Considerando o enunciado acima, assinale a alternativa correta:**

- a) Por se tratar de provimento cautelar, típico sequestro, a decisão antecipatória não transitará em julgado e nem se estabilizará em caso de não interposição de recurso por Beltrano.
- b) A decisão antecipatória julgou, em caráter definitivo, um dos pedidos de mérito, o que fará com que transite em julgado na hipótese de não interposição de recurso por Beltrano.
- c) A decisão antecipatória julgou, em caráter provisório, um dos pedidos de mérito, o que fará com que se torne estável na hipótese de não interposição de recurso por Beltrano.
- d) Essa decisão é juridicamente impossível, e jamais poderia ter sido proferida pelo magistrado.

**24. Segundo o art. 927, do CPC, os juízes e tribunais “observarão” as teses jurídicas firmadas em precedente pelos tribunais. Incluem-se nesses precedentes as decisões do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de inconstitucionalidade e as súmulas**



**vinculantes, os acórdãos em incidente de assunção de competência ou de resolução de demandas repetitivas, entre outros. Considerando o enunciado apresentado, assinale a alternativa correta:**

- a) A obrigatoriedade constante no artigo não abrange incidente de resolução de demandas repetitivas proferido por tribunais estaduais.
- b) O art. 927 traz uma faculdade ao magistrado, que deverá considerar a aplicação ou não dos precedentes, conforme cada caso concreto.
- c) Caso o pedido da parte seja contrário a algum desses precedentes, o magistrado julgará liminarmente pela sua improcedência, dispensando a citação do réu se esse for o único pedido.
- d) Caso o pedido da parte seja contrário a algum desses precedentes, o magistrado julgará pela sua improcedência, mas somente após submeter a causa ao contraditório.

**25. Fulano propõe ação em face de Beltrano e o magistrado, ao receber a inicial, a indefere, proferindo sentença terminativa fundada no art. 485, I, do CPC, dispensando a citação do réu. Fulano interpõe recurso de apelação.**

**Considerando o enunciado acima, assinale a resposta correta:**

- a) O magistrado poderá se retratar no prazo de cinco dias.
- b) O magistrado somente poderá alterar o dispositivo da sentença para lhe corrigir erro material.
- c) O magistrado não poderá mais alterar o conteúdo dessa sentença, devendo devolver ao tribunal a matéria para reanálise.
- d) O magistrado deverá determinar a citação do réu e abrir prazo para a contestação.

**26. Sobre a audiência de conciliação e de mediação, assinale a alternativa correta:**

- a) Havendo litisconsórcio, o desinteresse de um, na realização da audiência, será extensível a todos.
- b) A intimação do autor para o comparecimento à audiência deverá ser pessoal.
- c) É vedada a presença de advogado e defensores públicos.
- d) A parte poderá constituir representante, por meio de procuração específica, com poderes para negociar e transigir.

**27. Sobre a resposta do réu, assinale a alternativa correta:**

- a) Se o réu alegar sua ilegitimidade passiva, deverá indicar ao autor, sempre, o verdadeiro legitimado, sob pena de arcar com os ônus da sucumbência.
- b) A incompetência, relativa ou absoluta, é sempre matéria para preliminar de mérito na contestação.
- c) Somente o réu da ação principal pode figurar como reconvinte no processo.
- d) Tendo o réu deixado de arguir qualquer modalidade de incompetência do juízo em preliminar de mérito na contestação, competirá ao magistrado reconhecê-la de ofício, remetendo os autos ao juízo competente.

**28. Fulano propõe uma execução de título extrajudicial em face de Beltrana Ltda., personalidade jurídica de direito privado. Ao procurar bens, o oficial de justiça penhorou computadores da executada, que alegou impenhorabilidade por se tratarem de instrumentos de trabalho. O magistrado acatou o pedido e mandou desconstituir essa penhora. Ato contínuo, mandou intimar o exequente para que dê prosseguimento à execução.**

**Considerando o enunciado acima, assinale a alternativa correta:**

- a) O exequente poderá, desde já, pedir a desconsideração da personalidade jurídica da executada, haja vista não haver ativos penhoráveis.



- b) Nesse momento processual, o exequente poderá requerer ao juiz que proceda à penhora direta do patrimônio dos sócios, dentro dos limites dispostos no contrato societário da empresa devidamente registrado na Junta Comercial.
- c) O exequente somente poderá requerer a penhora de percentual do faturamento da empresa se comprovar que não existem outros bens penhoráveis.
- d) É possível penhorar o prédio em que funciona a sede da empresa executada.

**29. Sobre o instituto da penhora nas execuções, assinale a alternativa correta:**

- a) Será prioritária a penhora em dinheiro, podendo o juiz, nas demais hipóteses, subverter a ordem legal de preferência apresentada no art. 835, do CPC.
- b) Se o oficial de justiça não encontrar o executado para promover a citação, deverá penhorar tantos bens quantos bastem para garantir o pagamento da dívida em execução.
- c) O executado pode, a qualquer tempo, requerer a substituição do bem penhorado, desde que comprove que lhe será menos onerosa e não trará prejuízo ao exequente.
- d) Em razão do princípio da *affectiosocietatis*, não é lícita a penhora de quotas ou ações de sociedades personificadas.

**30. Sobre o instituto das *astreintes*, assinale a alternativa que está de acordo com a previsão legal:**

- a) O magistrado poderá alterar o valor das prestações vencidas, quando verificar que o montante da dívida se tornou excessivamente oneroso para o executado.
- b) O magistrado poderá fixar termo final para a sua incidência.
- c) O valor da multa poderá ser objeto de cumprimento definitivo, quando fixada em sede de execução, e provisório quando fixada em tutela provisória ou sentença de mérito.
- d) A multa não pode ser aplicada nos casos de cumprimento de sentença que reconheça deveres de fazer e de não fazer de natureza não obrigacional.

**DIREITO PENAL**

**31. Assinale a assertiva correta, de acordo com o ordenamento jurídico-legal brasileiro:**

- a) Somente a lei pode definir um crime.
- b) Somente a lei e a analogia podem definir crimes.
- c) Somente a lei e os costumes podem definir crimes.
- d) A lei, os costumes e a analogia podem definir crimes.

**32. Assinale a assertiva correta, em relação à aplicação da lei penal brasileira:**

- a) A lei penal mais grave aplica-se ao crime continuado ou ao crime permanente, se a sua vigência é anterior à cessação da continuidade ou da permanência.
- b) A lei excepcional ou temporária, após decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, não mais se aplica ao fato praticado durante sua vigência.
- c) A lei posterior, que de qualquer modo prejudicar o agente, aplica-se aos fatos anteriores, ainda que decididos por sentença condenatória transitada em julgado.
- d) A lei penal jamais retroage.

**33. Sobre a imputabilidade penal, é correto afirmar:**

- a) É isento de pena o agente que, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, não era inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.



- b) Os menores de 21 (vinte e um) anos são penalmente inimputáveis, ficando sujeitos às normas estabelecidas na legislação especial.
- c) Nenhuma espécie de embriaguez exclui a imputabilidade penal.
- d) É isento de pena o agente que, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

**34. Sobre a possibilidade de substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, é incorreto afirmar:**

- a) Na condenação igual ou inferior a um ano, a substituição pode ser feita por multa ou por uma pena restritiva de direitos; se superior a um ano, a pena privativa de liberdade pode ser substituída por uma pena restritiva de direitos e multa ou por duas restritivas de direitos.
- b) Se o condenado for reincidente, o juiz poderá aplicar a substituição, desde que, em face de condenação anterior, a medida seja socialmente recomendável e a reincidência não se tenha operado em virtude da prática do mesmo crime.
- c) Não cabe substituição da pena se o réu for reincidente em crime culposos.
- d) A pena restritiva de direitos converte-se em privativa de liberdade quando ocorrer o descumprimento injustificado da restrição imposta. No cálculo da pena privativa de liberdade a executar será deduzido o tempo cumprido da pena restritiva de direitos, respeitado o saldo mínimo de trinta dias de detenção ou reclusão.

**35. Sobre o regime fechado de cumprimento de pena, é incorreto afirmar:**

- a) O condenado será submetido, no início do cumprimento da pena, a exame criminológico de classificação para individualização da execução.
- b) O trabalho externo é admissível, no regime fechado, em serviços ou obras particulares.
- c) O condenado fica sujeito a trabalho no período diurno e a isolamento durante o repouso noturno.
- d) O trabalho será em comum dentro do estabelecimento, na conformidade das aptidões ou ocupações anteriores do condenado, desde que compatíveis com a execução da pena.

**36. Sobre a prescrição penal, é correto afirmar:**

- a) Contrariando a teoria da ação, a prescrição, antes de transitar em julgado a sentença final, começa a correr, entre outras hipóteses, do dia em que o crime se consumou.
- b) Sendo reincidente o condenado, o prazo de prescrição sempre sofrerá acréscimo de um terço.
- c) São reduzidos de um terço os prazos de prescrição quando o criminoso era, ao tempo do crime, menor de 21 (vinte e um) anos, ou, na data da sentença, maior de 70 (setenta) anos.
- d) O curso da prescrição interrompe-se pela prolação da sentença ou acórdão condenatórios recorríveis.

**37. O crime de violação de domicílio se classifica como:**

- a) Formal.
- b) Material.
- c) De mera conduta.
- d) Próprio.

**38. Sobre os crimes contra a honra, é incorreto afirmar:**

- a) Sempre se processaram mediante queixa.
- b) O querelado que, antes da sentença, se retrata cabalmente da calúnia ou da difamação, fica isento de pena.



- c) Sempre se processaram mediante ação penal pública incondicionada.
- d) O querelado que, antes da sentença, se retrata cabalmente da injúria ou da difamação, fica isento de pena.

**39. Assinale a assertiva correta:**

- a) Segundo a jurisprudência majoritária, o crime de roubo impróprio admite tentativa.
- b) Por se tratar de crime patrimonial, é isento de pena aquele que comete o crime de roubo contra o patrimônio de seus ascendentes, conforme art. 181, II do Código Penal.
- c) O chamado furto de uso não é previsto como crime no Código Penal brasileiro.
- d) Entre outros hipóteses, caracteriza-se vulnerável, para fins de reconhecimento do crime de estupro de vulnerável, previsto no art. 217, A, do Código Penal, todo aquele menor de 18 (dezoito) anos.

**40. Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal, caracteriza o crime de:**

- a) Prevaricação.
- b) Corrupção Passiva.
- c) Corrupção Ativa.
- d) Concussão.

**DIREITO PROCESSUAL PENAL**

**41. Sobre os princípios gerais do processo penal, é correto afirmar:**

- a) O princípio da oficiosidade encontra limites diante das ações privada e pública condicionada.
- b) O princípio da obrigatoriedade é aplicável a todas as espécies de ação penal.
- c) O princípio do estado de inocência, segundo entendimento atualmente adotado, veda a execução provisória da sentença penal condenatória.
- d) Não vigora no processo penal o princípio da identidade física do juiz.

**42. Assinale a alternativa verdadeira, no que tange ao Inquérito Policial, considerando as assertivas abaixo estampadas:**

- I - Não é necessário nomear-se curador ao indiciado menor (18 a 21 anos de idade).**
- II - Uma vez arquivado o inquérito, este não poderá ser reaberto, pois haverá coisa julgada.**
- III - O indiciado pode ficar incomunicável por até três dias, desde que por decisão fundamentada da autoridade judicial.**
- IV - Se servir de base à denúncia ou à queixa, obrigatoriamente deve acompanhá-las.**
- V - Cabe intervenção do assistente da acusação, que pode pleitear a produção de provas.**

- a) Somente as alternativas I e IV são verdadeiras.
- b) Somente as alternativas I, II e V são falsas.
- c) Nenhuma alternativa está correta.
- d) Todas alternativas estão corretas.

**43. Considerando o interrogatório, é errônea a seguinte assertiva:**

- a) É indispensável a presença de advogado no ato.
- b) Conforme pacífico entendimento do Tribunal de Justiça catarinense, não é nulo o interrogatório de réu menor realizado sem a nomeação de curador.



- c) O réu pode ser interrogado no estabelecimento prisional onde estiver preso.
- d) É ato sujeito à preclusão caso o réu, regularmente intimado, não compareça ao ato.

**44. No procedimento ordinário, previsto no Código Processual Penal, é permitido afirmar:**

**I - O número de testemunhas previsto para este procedimento é de 8 (oito).**

**II – A ordem da oitiva das testemunhas pode ser alterada, desde que não haja discordância das partes.**

**III - Caso não oferecida a defesa preliminar (resposta à acusação), esta deverá ser entregue em audiência.**

**IV – Na audiência de instrução, por questão de economia, não serão ouvidos peritos, que esclarecerão os laudos por quesitos eventualmente apresentados pelas partes.**

**V - É permitido expressamente que o Magistrado determine a apresentação das alegações finais de forma escrita, e não oralmente, ao término da audiência de instrução.**

- a) Somente a alternativa III está errada.
- b) Apenas as alternativas III e IV estão corretas.
- c) Apenas as alternativas I, II e V estão corretas.
- d) Apenas as alternativas II e V estão corretas.

**45. Em relação às prisões no processo penal é incorreto afirmar:**

- a) Não pode o juiz converter a prisão em flagrante em preventiva se não houver requisição do Ministério Público, segundo reiteradamente vem decidindo o Tribunal de Justiça catarinense.
- b) Atualmente, esgotados os recursos ditos ordinários, tem sido admitida a prisão não cautelar antes do trânsito em julgado, considerada assim execução provisória da pena.
- c) As medidas cautelares alternativas à prisão são sempre preferíveis a esta, que apenas pode ser decretada em último caso.
- d) Uma vez revogada a prisão preventiva, poderá ser redetretada com base no mesmo fundamento, caso a situação ensejadora volte a restar caracterizada.

**46. Assinale a alternativa onde não há acerto na afirmação:**

- a) A ação penal privada não admite a intervenção do assistente da acusação.
- b) Na ação penal privada subsidiária da pública pode ocorrer a perempção diante da inércia do querelante, extinguindo assim a ação.
- c) Pode a vítima se retratar da representação, impedindo assim a propositura da ação penal pública condicionada, desde que ainda não oferecida a denúncia.
- d) A ação penal pública incondicionada independe da expressão de vontade da vítima para ser ajuizada ou para justificar a deflagração de investigação criminal.

**47. Relativamente ao assistente da acusação, assinale a assertiva verdadeira:**

- a) Pode sempre recorrer de forma principal, mesmo que o Ministério Público tenha desistido da interposição de recurso.
- b) Contra a decisão que não admitir o assistente da acusação no feito deve ser interposto recurso em sentido estrito.
- c) Impossível a habilitação, nesta condição, na fase do inquérito policial.
- d) É de 15 (quinze) dias, contados de sua intimação, o prazo para o assistente da acusação habilitado no processo apelar, desde que decorrido o prazo para o Ministério Público.

**48. Considerando a ação civil *ex delicto*, aponte a alternativa verdadeira:**

**I - A extinção da punibilidade pela prescrição da pretensão executória impede a ação civil.**

**II – Uma vez estabelecida na ação penal a negativa absoluta de autoria ou a inexistência**



**do fato, fica impedida a propositura da ação indenizatória no juízo cível.**

**III - Proposta a ação penal, deve a vítima aguardar seu desfecho para propor a ação civil.**

**IV – É possível ao juiz, na sentença condenatória, adiantar valor mínimo de reparação à vítima.**

**V – Somente pode ser proposta a ação cível reparatória contra aqueles que figuraram no polo passivo da ação penal.**

- a) Apenas as alternativas I e IV estão corretas.
- b) Apenas as alternativas II e IV estão corretas.
- c) Somente a alternativa III está errada.
- d) Apenas as alternativas II e V estão corretas.

**49. Acerca das nulidades no processo penal, não é correto afirmar:**

- a) Pode o tribunal reconhecer de ofício qualquer nulidade absoluta, havendo ou não recurso da parte prejudicada.
- b) As nulidades relativas, quando não suscitadas pelas partes, estão sujeitas à preclusão.
- c) São meramente irregulares e, portanto, válidos, os atos que, a par de serem praticados em desconformidade com o disposto na lei, não causam prejuízo às partes.
- d) Não se pode invocar a ocorrência de nulidade que apenas causou prejuízo à parte adversa.

**50. Quanto aos recursos, assinale a alternativa correta:**

**I - O duplo grau de jurisdição é garantia implícita na Constituição Federal, todavia explícita no Pacto de São José da Costa Rica (Convenção Americana sobre Direitos Humanos), ao qual aderiu o Brasil, incorporando-o ao nosso ordenamento.**

**II - O princípio da unirrecorribilidade admite exceções, como no caso de interposição simultânea de recurso especial e extraordinário contra a mesma decisão.**

**III – Quanto à fonte, classificam-se os recursos como constitucionais, legais e regimentais.**

**IV – Aplicável o princípio da fungibilidade, com o recebimento e processamento do recurso equivocadamente interposto, desde que esteja ainda no prazo do cabível e não se trate de erro grosseiro ou má fé.**

**V – O interesse em recorrer e a legitimação são pressupostos subjetivos dos recursos.**

- a) Apenas as alternativas III e V estão corretas.
- b) Apenas as alternativas I, II, IV e V estão corretas.
- c) Somente a alternativa V está errada.
- d) Todas alternativas estão corretas.

## DIREITO CONSTITUCIONAL

**51. Sobre o mandado de injunção é correto afirmar:**

- a) A decisão em Mandado de Injunção não terá eficácia subjetiva *erga omnes* e produzirá efeitos mesmo após o advento da norma regulamentadora.
- b) O mandado de injunção coletivo pode ser promovido por qualquer partido político, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública.
- c) Transitada em julgado a decisão em Mandado de Injunção, seus efeitos poderão ser estendidos aos casos análogos por decisão monocrática do relator.
- d) O mandado de injunção coletivo induz litispendência em relação aos mandados de injunção individuais, e os efeitos da coisa julgada beneficiarão o impetrante que não requerer a desistência da demanda individual no prazo de 30 (trinta) dias a contar da ciência comprovada



da impetração coletiva.

**52. Em relação a Arguição de Descumprimento de Preceito fundamental é correto afirmar:**

- a) O Supremo Tribunal Federal, por decisão da maioria simples de seus membros, poderá deferir pedido de medida liminar na arguição de descumprimento de preceito fundamental.
- b) Não será admitida arguição de descumprimento de preceito fundamental quando houver qualquer outro meio eficaz de sanar a lesividade.
- c) Caberá arguição de descumprimento de preceito fundamental quando for relevante o fundamento da controvérsia constitucional sobre lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal, excluídos os anteriores à Constituição.
- d) Ao declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, no processo de arguição de descumprimento de preceito fundamental, e tendo em vista razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse social, poderá o Supremo Tribunal Federal, por maioria de três quintos de seus membros, restringir os efeitos daquela declaração ou decidir que ela só tenha eficácia a partir de seu trânsito em julgado ou de outro momento que venha a ser fixado.

**53. Assinale a alternativa incorreta:**

- a) É inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias.
- b) Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévia autorização da autoridade competente.
- c) As associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado.
- d) É inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.

**54. Assinale a alternativa correta:**

- a) São brasileiros natos os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil ou de empresa brasileira.
- b) A lei poderá estabelecer distinção entre brasileiros natos e naturalizados, além dos casos previstos nesta Constituição.
- c) Brasileiro que adquire outra nacionalidade sempre perderá nacionalidade brasileira.
- d) Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que tiver cancelada sua naturalização, por sentença judicial, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional.

**55. Assinale a alternativa correta:**

- a) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios recusar fé aos documentos públicos e privados.
- b) Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei ordinária.
- c) No exercício da competência legislativa concorrente a União pode por lei complementar autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas das matérias relacionadas a esta competência.
- d) No exercício da competência legislativa concorrente inexistindo lei federal sobre normas



gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.

**56. Assinale a alternativa correta:**

- a) O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio proporcional.
- b) A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema majoritário, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal.
- c) Salvo disposição constitucional em contrário, as deliberações de cada Casa e das Comissões do Congresso Nacional serão tomadas por maioria dos votos, presente a maioria absoluta de seus membros.
- d) O número total de Deputados, bem como a representação por Estado e pelo Distrito Federal, será estabelecido por lei ordinária, proporcionalmente à população, procedendo-se aos ajustes necessários, no ano das eleições, para que nenhuma daquelas unidades da Federação tenha menos de oito ou mais de setenta Deputados.

**57. São objetivos da República Federativa do Brasil:**

- a) A prevalência dos direitos humanos.
- b) O repúdio ao terrorismo e ao racismo.
- c) O princípio da dignidade da pessoa humana.
- d) Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.

**58. Assinale a alternativa correta:**

- a) Não perderá o mandato o Deputado ou Senador investido no cargo de Ministro de Estado, Governador de Território, Secretário de Estado, do Distrito Federal, de Território, de Prefeitura de Capital ou chefe de missão diplomática temporária.
- b) Os Deputados federais e estaduais, Senadores e Vereadores, desde a expedição do diploma, serão submetidos a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal.
- c) Desde a expedição do diploma, os membros do Congresso Nacional não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime contra os direitos humanos.
- d) Os Deputados e Senadores são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões e palavras, tanto no exercício da atividade parlamentar como em atos da vida privada.

**59. Assinale a alternativa correta:**

- a) O Presidente e o Vice-Presidente da República poderão, sem licença do Congresso Nacional, ausentar-se do País por período superior a quinze dias, sem risco de pena de perda do cargo.
- b) Será considerado eleito Presidente da República o candidato que, registrado por partido político, obtiver a maioria absoluta de votos válidos, não computados os em branco e os nulos.
- c) Compete privativamente ao Presidente da República vetar propostas de Emenda a Constituição e projetos de lei, total ou parcialmente.
- d) Em caso de impedimento do Presidente e do Vice-Presidente, ou vacância dos respectivos cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência o Congresso Nacional, o Presidente do Senado Federal, o presidente da Câmara dos Deputados e o do Supremo Tribunal Federal.

**60. Assinale a alternativa incorreta:**

- a) Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.
- b) É da competência exclusiva do Congresso Nacional resolver definitivamente sobre tratados,



**ESMESC**

Escola Superior  
da Magistratura  
do Estado de  
Santa Catarina

acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

c) Compete privativamente ao Senado Federal processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade, bem como os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles.

d) Compete privativamente à Câmara dos Deputados: autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado.





